

Em 18 de dezembro de 2017 foi lançado pela a Marinha do Brasil através da sua Diretoria de Gestão de Programas da Marinha (DGePM) em conjunto com a Empresa Gerencial de Projetos Navais (EMGEPRON) um Request For Proposal (RFP) de nº 40005/2017-001, para a construção de quatro Navios Militares de Alta Complexidade Tecnológica que seriam utilizados pela Marinha do Brasil. Apresentam-se como interessadas vinte empresas da China, Holanda, Itália, Alemanha, França, Índia, Espanha, Coreia do Sul, Ucrânia, Rússia, Singapura, Suécia, Turquia, e Brasil.

A Marinha do Brasil anunciou em 30 de março de 2019 o resultado da avaliação das propostas finais (B.A.F.O. - Best and Final Offer) que selecionou as seguintes empresas:

- ThyssenKrupp Marine Systems GmbH (Alemanha);
- Damen Schelde Naval Shipbuilding B.V. (Holanda);
- Ficantieri S.p.A. (Itália);
- DCNS do Brasil Serviços Navais Ltda (França);

Destes, o escolhido para realizar a construção das quatro corvetas objeto do RFP foi a consorcio Águas Azuis, composto da TKMS (Thyssenkrupp Marine Systems GmbH) da Alemanha e da Embraer, com a OCEANA de Santa Catarina como estaleiro nacional subcontratado, pertencente ao grupo financeiro VINCI Partners de São Paulo e um grupo financeiro americano Motherland Infrastructure Investment.

Deparamo-nos a partir daí com uma situação inusitada sobre a escolha. Jornais da imprensa internacional como Wall Street Journal, New York Times, Bloomberg News, Financial Times, Handelsblatt e Les Echos, informam que há mais de dois anos uma grave situação financeira da ThyssenKrupp, proprietária da ThyssenKrupp Marine Systems - TKMS. Em 2019, inclusive a ThyssenKrupp demitiu a diretoria da TKMS e seguiu-se a isso a demissão de dois Presidentes de Conselho da própria ThyssenKrupp.

Durante a realização dos procedimentos da RFP iniciada em fins de 2017, a TKMS foi declarada excluída da lista de fornecedores da KriegsMarine, a Marinha Alemã, por continuada incapacidade técnica para fornecimento de embarcações navais. Há uma abundante literatura sobre essa situação nos blogs

especializados alemães, britânicos, americanos, francesas e italianos dos últimos dois anos.

Estamos, pelas informações da imprensa internacional, prontos para entregar um gigantesco pedido a um estaleiro alemão que está anunciado ter graves problemas financeiros e que foi desqualificado por sua própria Marinha nacional por graves faltas técnicas na produção de navios de guerra.

Temos total acordo com a necessidade de reforço de nossa frota naval militar, e somos testemunhas do descaso com que esse tema tem sido tratado. Quando vemos outras nações encontrarem mecanismos de financiamento de longo prazo para sua defesa é lamentável que deixemos a nossa Marinha a mercê de acasos orçamentários.

Porem, a situação do consórcio vencedor chama atenção e merece respostas detalhadas das autoridades competentes. Perguntas são urgentes para que se evite a criação de direitos adquiridos em detrimento do Patrimônio Nacional e o empreendimento não corra riscos. estamos na defesa da marinha e desejando o melhor para o País.

Assim sendo, Senhor Presidente, julgamos necessário o esclarecimento do Excelentíssimo Senhor Ministro da Defesa, das seguintes perguntas:

1. Levando em conta as recentes devoluções de navios da TKMS feitas pela Marinha Alemã, além do contencioso de 9 bilhões de Euros da Grécia contra a TKMS, qual a garantia eficaz que será oferecida pela matriz ThyssenKrupp, que hoje tem um déficit de caixa anunciado pelo Financial Times de 6 a 8 bilhões de Euros, à União?

2. Haverá outro garantidor que não membros do Consorcio Aguas Azuis?

3. Serão a OCEANA e seus acionistas, a VINCI Partners, o fundo americano Motherland Infrastructure Investment, e o BNDESpa solidários com a TKMS na garantia sobre o montante total da encomenda de 4 ou 5 corvetas?

4. Qual a razão do atual Presidente da EMGEPRON declarar a empresa como promotora da indústria nacional?

6. Qual o motivo de ter havido dispensa de solicitação de financiamento na RFP desde 2017?

7. Após a decisão de 30 de março de 2019 que escolheu o consorcio Aguas Azuis, houve na negociação a introdução da exigência de um financiamento externo pela Alemanha e/ou outros fornecedores internacionais?

8. Que parte do aumento de capital autorizado pelo Legislativo será utilizado em amortização de dívidas pré-existentes da EMGEPRON?

9. Qual o custo operacional anual da EMGEPRON?

10. Qual a participação nesse custo operacional anual da EMGEPRON de despesas de pessoal, quadro permanentes e contratados?

13. Foram introduzidas nas condições quer da licitação, quer do contrato cláusulas que limitem há cinco anos no mínimo a possibilidade de qualquer participante do processo de seleção a serem contratados por fornecedores, subfornecedores ou contratados por empresas direta ou indiretamente envolvidas na execução do contrato de fornecimento das corvetas da Serie Tamandaré?

Diante do exposto, aguardamos as respostas solicitadas.

Sala das sessões, de de 2020

PERPÉTUA ALMEIDA

Deputada Federal PCdoB – AC

RENILDO CALHEIROS

Deputado Federal PCdoB – PE